

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 39/2014**

Período: 25/10/2014 – 31/10/2014

GEDES – Brasil

- 1- Documento apontou perfil de perseguidos políticos durante o regime militar
- 2- Casos de violência contra indígenas no período do regime militar podem ser investigados de forma ampla após fase de conclusão da Comissão Nacional da Verdade
- 3- Acordo para a compra dos caças do programa FX-2 foi anunciado
- 4- Membros da Universidade de São Paulo foram espionados após o fim do regime militar

1- Documento apontou perfil de perseguidos políticos durante o regime militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) divulgou um documento com estatísticas sobre o perfil das vítimas de perseguições políticas durante o regime militar (1964-1985). O relatório refere-se às vítimas que pediram reparação à Comissão de Anistia, órgão federal criado em 2001 e subordinado ao Ministério da Justiça. Segundo o presidente da CEV-Rio, Wadih Damous, “o maior número de perseguições foi registrado entre 1964 e 1967. Isso mostra que os trabalhadores já sofriam forte repressão desde o início”. As estatísticas apontam que a maioria das vítimas era homens, perseguidos pela primeira vez quando tinham entre 26 e 30 anos. Entre as vítimas, 48% eram cariocas; 10% eram mineiras; 6% paulistas; e 6% pernambucanas. Os profissionais mais atingidos, de acordo com o estudo, foram servidores públicos (10%), seguidos de jornalistas (8%) e professores (5%). A maioria das vítimas de perseguições políticas mantinha intensa atividade social, militando em partidos, grupos políticos ou sindicatos. Dos tipos de perseguição, destacam-se: demissão (24%), prisão (17%), inquérito policial militar (14%), processo penal militar (10%), monitoramento (10%) e tortura (5%). Os casos de tortura assemelham-se àqueles divulgados pela Comissão Nacional da Verdade e outras comissões estaduais. Uma vítima foi torturada de julho a setembro de 1973 e, de acordo com o jornal, “descreveu ter sofrido espancamentos e abusos sexuais e ter sido submetida a choques elétricos e às práticas da “geladeira” e da ‘sala de som amplificada’”. (O Estado de S. Paulo – Política – 25/10/14)

2- Casos de violência contra indígenas no período do regime militar podem ser investigados de forma ampla após fase de conclusão da Comissão Nacional da Verdade

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, um requerimento deve ser enviado à Comissão Nacional da Verdade (CNV) pedindo que, após a conclusão do relatório final, seja iniciada uma frente especial de investigações que se ocupe dos casos de violações dos direitos humanos cometidas contra povos indígenas durante o regime militar (1964-1985). O requerimento se baseia no argumento de que, apesar dos índios estarem entre as principais vítimas do regime, grande parte dos casos ainda não foi investigada. A proposta foi discutida durante uma

sessão da CNV dedicada à questão indígena, na qual a jornalista Memélia Moreira afirmou ter evidências –estilhaços de bombas recolhidos durante uma visita à aldeia dos waimiri-atroari– de que galões de napalm foram utilizados pelos militares contra aldeias da região da Amazônia. Os principais confrontos entre militares e indígenas ocorreram, segundo *O Estado*, “na rota de grandes rodovias construídas na época na região amazônica”. Outras denúncias já haviam sido feitas a respeito do uso de napalm contra os waimiri-atroari, no combate à resistência dos índios em relação a construção de estradas em suas terras. O teólogo Egydio Schwade, chefe do Conselho Indigenista Missionário durante a construção da BR-174, declarou que cerca de dois mil índios desapareceram durante essa construção. Em setembro de 2014, uma decisão inédita da Comissão de Anistia reconheceu 13 índios da etnia aikewara como vítimas de militares durante a Guerrilha do Araguaia e irá indenizá-los no valor de 120 salários mínimos. Chegando à fase conclusiva, a CNV encerrou, na Base Naval de Ilha das Flores, no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, uma série de visitas a bases militares que serviram, segundo acusações, como centros de tortura. As audiências públicas também foram encerradas e atualmente a CNV concentra seus esforços na produção do relatório final. As informações coletadas durante as visitas ocuparão um lugar destacado em tal relatório. Segundo o coordenador da CNV, o advogado Pedro Dallari, a recomendação é de que o texto do relatório se atenha a fatos. Segundo *O Estado*, a CNV ainda não atingiu um de seus objetivos: a reconciliação. Buscando um reconhecimento dos acontecimentos por parte das Forças Armadas, a CNV espera avançar em direção a esse ponto. (*O Estado de S. Paulo – Política – 27/10/14*)

3- Acordo para a compra dos caças do programa FX-2 foi anunciado

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi anunciada no dia 27/10/14 a assinatura do contrato com a empresa sueca Saab para a compra de 36 caças Gripen NG. O contrato prevê que, das 36 unidades, 28 serão de um lugar e oito de dois lugares – sendo que a versão de dois lugares será produzida pela primeira vez no Brasil. A compra totalizará US\$5,4 bilhões, cerca de US\$1 bilhão acima do valor previsto inicialmente, e envolve transferência de tecnologia. O recebimento das primeiras aeronaves – que substituirão os caças F-5 modernizados e os caças Mirage já aposentados – é previsto entre 2019 e 2024. Segundo o *Correio*, as primeiras 21 unidades serão produzidas em território europeu e as 15 unidades restantes serão produzidas no Brasil, pela Embraer. De acordo com os jornais, embora houvesse receio de que um novo governo pudesse suspender o acordo, a Força Aérea Brasileira (FAB) negou que a data da assinatura do contrato tivesse qualquer relação com o período eleitoral no Brasil. A justificativa para o aumento do valor previsto, segundo a FAB, deve-se à exigência brasileira de maior participação na produção dos caças e à atualização do projeto, uma vez que a proposta foi feita em 2009. De acordo com a *Folha*, o pagamento não será imediato e o financiamento, que segundo a Saab poderia se estender por até 14 anos após a entrega do último caça, ainda está sob análise da FAB e precisará ser ratificado pelo Congresso Nacional. De acordo com o *Correio* e a *Folha*, o governo brasileiro negocia a cessão de modelos antigos do caça Gripen para serem utilizados enquanto aguarda a entrega dos novos caças. *O Estado* acrescentou que

participaram do evento de assinatura do contrato apenas os profissionais diretamente envolvidos, como o presidente da Comissão Coordenadora do Programa da Aeronave de Combate (Copac), o brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso; o diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia, o brigadeiro Alvani Adão da Silva; além dos executivos da Saab. Segundo o jornal, o pacote atual pode ser o primeiro de uma série que poderá cobrir mais de 124 caças, necessariamente produzidos no Brasil. (Correio Braziliense – Brasil – 28/10/14; Folha de S. Paulo – Poder – 28/10/14; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/10/14)

4- Membros da Universidade de São Paulo foram espionados após o fim do regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) foram espionados após o fim do regime militar (1964-1985). Segundo documentos analisados pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, pesquisas em áreas de interesse dos militares continuaram a ser monitoradas até 1990. O jornal apontou como exemplo o caso do programa nuclear militar: o Instituto de Energia Atômica da USP fora monitorado durante o regime militar para controlar pesquisas que poderiam se contrapor ao projeto de fabricação da bomba atômica. Em 1988, o Serviço Nacional de Informações (SNI) teve como foco de atenção as movimentações contrárias ao programa nuclear. Segundo o jornal, o ex-diretor do Instituto de Física da USP, José Goldemberg, foi monitorado em 1970 e entre 1986 e 1990, quando se tornou reitor. Segundo documentos do SNI, Goldemberg teria difundido ideias soviéticas após voltar de uma viagem à Rússia em 1988. O jornal reportou também que o atual ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, foi citado em 1989 em documento do SNI porque “não costumava usar o último sobrenome, Oliva”. Segundo a professora e integrante da comissão, Janice Theodoro, tal relato sugeria que Mercadante procurava não ser associado ao tio, Waldyr Muniz Oliva Filho, reitor da USP entre 1978 e 1982 que, na época, dizia-se ser cada vez “mais Oliva, mais verde, mais Exército”. De acordo com o jornal, o SNI teria espionado, ainda, unidades de pesquisa relacionadas à redemocratização do país, como o Centro de Estudos da Violência da USP, descrito como patrocinador de “tópicos de pesquisa cujo principal interesse é o relacionamento entre democratização na sociedade brasileira e a violência como instituição”. Segundo Theodoro, ainda é cedo para tirar conclusões com base na análise do material coletado. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/10/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura MeneghimDonadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)